

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - DEFPUB
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023
EDITAL Nº 001/2023 - DEFPUB

A Defensoria Pública do Estado do Pará - DEFPUB, reorganizada pela Lei Complementar Estadual nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, CNPJ Nº 34.639.526/0001-38, com sede na Rua Padre Prudêncio nº 154, nesta cidade, representada por seu Defensor Público-Geral, João Paulo Carneiro Gonçalves Ledo, **RETIFICA** o seguinte item do **EDITAL Nº 001/2023 - DEFPUB**:

Onde se lê:

A Defensoria Pública do Estado do Pará - DEFPUB, reorganizada pela Lei Complementar Estadual nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, CNPJ Nº 34.639.526/0001-38, com sede na Rua Padre Prudêncio nº 154, nesta cidade, representada por seu Defensor Público Geral, João Paulo Carneiro Gonçalves Ledo, torna público A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS para provimento de vagas em **funções temporárias de Nível Técnico - Ensino Médio (09 vagas)**, com base no Art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988, Art. 36 da Constituição Estadual, Lei Complementar nº 07 de 25 de setembro de 1991, Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, Decreto Estadual nº 1.230 de 26 de fevereiro de 2015, Decreto nº 1.741, de 19 de abril de 2017, alterado pelo Decreto nº 261, de 12 de agosto de 2019, Lei Estadual nº 8.972/2020 para atender as necessidades emergenciais deste Órgão (DEFPUB).

Leia-se:

A Defensoria Pública do Estado do Pará - DEFPUB, reorganizada pela Lei Complementar Estadual nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, CNPJ Nº 34.639.526/0001-38, com sede na Rua Padre Prudêncio nº 154, nesta cidade, representada por seu Defensor Público Geral, João Paulo Carneiro Gonçalves Ledo, torna público A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS para provimento de vagas em **funções temporárias de Nível Técnico - Ensino Médio (09 vagas)**, com base no Art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988, Art. 36 da Constituição Estadual, Lei Complementar nº 07 de 25 de setembro de 1991, Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, Decreto Estadual nº 1.230 de 26 de fevereiro de 2015, Decreto nº 1.741, de 19 de abril de 2017, alterado pelo Decreto nº 261, de 12 de agosto de 2019, Lei Estadual nº 8.972/2020 para atender as necessidades emergenciais deste Órgão (DEFPUB), decorrentes da assinatura do Convênio nº 931414/2022.

Onde se lê:

1.3 A presente seleção visa o preenchimento de 09 (nove) vagas, cuja descrição consta no **Anexo I** deste Edital.

Leia-se:

1.3 A presente seleção visa o preenchimento de 09 (nove) vagas, cuja descrição consta no **Anexo I** deste Edital, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público da DEFPUB, e atender as demandas emergenciais decorrentes da assinatura do Convênio nº 931414/2022, formalizado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, via Departamento Penitenciário Nacional e a Defensoria Pública do Estado do Pará, que tem por objeto fomentar a assistência jurídica e o apoio psicossocial por meio da busca ativa de todas as pessoas que vierem a ser presas na Região Metropolitana de Belém.

Onde se lê:

1.11 As vagas serão ofertadas para o Município de Belém e região metropolitana, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público da DEFPUB, e atender as demandas do Núcleo de Execução Penal - NUDEP/CONVÊNIO.

Leia-se:

1.11 As vagas serão ofertadas para o Município de Belém e Região Metropolitana, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público da DEFPUB, e atender as demandas do Núcleo de Execução Penal - NUDEP, decorrentes da assinatura do Convênio nº 931414/2022.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público Geral do Estado do Pará

***Publicado no DOE Nº35.288, de 13/02/2023**